



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA DÉCIMA (10ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi;
secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto.

Aos nove dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito, realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi; secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto, a Décima (10ª) Sessão Ordinária do Segundo (2º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada, nos termos da Relação da Matéria, datada de 06 de abril de 2018. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Alexandre Cintra (01), André Albejante Mazon (02), Cinoê Duzo (03), Cristiano Gaioto (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), Gérson Luiz Rossi Júnior (06), Jorge Setoguchi (07), Luís Roberto Tavares (08), Luiz Roberto de Souza Leite (09), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (10), Marcos Antonio Franco (11), Maria Helena Scudeler de Barros (12), Moacir Genuario (13), Orivaldo Aparecido Magalhães (14), Sônia Regina Rodrigues (15), Tiago César Costa (16) e, ausente, Samuel Nogueira Cavalcante (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou a Vereadora Sônia Regina



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Rodrigues, para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, a sessão foi suspensa, às 18h41, para cumprimento do disposto no *Requerimento nº 134/2018, de iniciativa do Vereador Gérson Luiz Rossi Junior, que solicitou homenagem especial ao Monsenhor Clodoaldo de Paiva, pela passagem do nonagésimo aniversário de nascimento, celebrado em 06 de abril de 2018.* O Vereador Gérson leu breve histórico do monsenhor e, em nome de todos os edis, entregou-lhe uma placa comemorativa, alusiva à data. Com a sessão ainda suspensa, deu-se cumprimento também, do estabelecido no *Requerimento nº 132/2018, de iniciativa do Vereador Cinoê Duzo, que solicitou a presença do Secretário Municipal de Trânsito, Transportes e Serviços, Fábio Mota, para explicações sobre a Contribuição para Iluminação – CIP.* A sessão foi reaberta, às 20h03, e o Sr. Presidente, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", submeteu à apreciação do Plenário as Atas da Vigésima Oitava (28ª) Sessão Ordinária, do primeiro ano, da atual legislatura, realizada em 11 de setembro de 2018, e da Nona (9ª) Sessão Ordinária, realizada em 02 de abril e 2018, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas, pelos Vereadores Jorge Setoguchi e Cristiano Gaioto, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência, o Presidente deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 23, de 2018, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado de Mensagem nº 17/2018, datada de 21/03/2018, objeto do Ofício nº 17/2018, datado de 27/03/2018, “instituinto a Semana do Bebê, no âmbito do município de Mogi Mirim, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Balancete da Receita e da Despesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de março de 2018”; (à comissão de Finanças e Orçamento); 3. Balancete da Receita e da Despesa da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, “referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2018”; (à comissão de Finanças e Orçamento). Ainda com o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Ofício nº 17/2018, o Sr. Prefeito Carlos Nelson Bueno solicitou fosse o Projeto de Lei nº 23/2018 apreciado em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54 da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento Nº 157/2018 - Assunto: REQUER-SE NOVAMENTE AO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, INFORMAÇÕES REFERENTES AO SISTEMA DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO NA CIDADE E SOBRE O PROJETO ANTERIORMENTE SOLICITADO. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Requerimento Nº 158/2018 - Assunto: Requeiro à Concessionária Intervias que promova a manutenção da iluminação pública na rotatória da SP-147, no sentido ao bairro Maria Beatriz e adjacentes, rodoviária ou ainda acesso à SP-340, em Mogi Mirim. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Requerimento Nº 159/2018 - Assunto: Requeiro ao prefeito municipal Carlos Nelson Bueno que officie a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) para que regularize a entrega de correspondências no Jardim Planalto e outros bairros. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Requerimento Nº 160/2018 - Assunto: REQUEIRO ENCAMINHAR ABAIXO ASSINADO DOS MORADORES DO JARDIM QUARTIERI SOLICITANDO INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVO DE REDUÇÃO DE VELOCIDADE NA RUA DR. HUMBERTO BUCCI. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 161/2018 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO 348/2018 QUE SOLICITAVA OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA 1º JANEIRO, NA SANTA LUZIA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 162/2018 - Assunto: REQUEIRO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA MUNICIPAL DE COMBATE À DOENÇA DE CATARATA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Requerimento Nº 163/2018 - Assunto: REQUER-SE INFORMAÇÕES ACERCA DAS CIRURGIAS DE EMERGÊNCIA DA SANTA CASA. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Requerimento Nº 164/2018 - Assunto: REQUER-SE INFORMAÇÕES ACERCA DAS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Requerimento Nº 165/2018 - Assunto: REQUER-SE INFORMAÇÕES QUANTO AO REAJUSTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Requerimento Nº 166/2018 - Assunto: Requeiro ao prefeito municipal, Carlos Nelson Bueno, que por meio da Secretaria de Saúde informe quais as atividades serão realizadas em atendimento à Lei municipal nº 5.980/2018. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Requerimento Nº 167/2018 - Assunto: REQUER-SE INFORMAÇÕES REFERENTES A CIRURGIA DE OBSTETRÍCIA NA SAÚDE. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Requerimento Nº 168/2018 - Assunto: REQUER-SE INFORMAÇÕES ACERCA DO PROJETO GEOHIDROLÓGICO DO PARQUE DAS LARANJEIRAS. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Requerimento Nº 169/2018 - Assunto: REQUER-SE INFORMAÇÕES SOBRE CAIXA D'ÁGUA DO SAAE NO PARQUE DAS LARANJEIRAS. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Requerimento Nº 170/2018 - Assunto: REQUER AO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL, CARLOS NELSON BUENO INFORMAÇÕES SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS PELA STERICYCLE GESTÃO AMBIENTAL. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Requerimento Nº 171/2018 - Assunto: REQUER AO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL, CARLOS NELSON BUENO INFORMAÇÕES SOBRE VEÍCULOS UTILIZADOS PELA VIGILÂNCIA EM SAÚDE. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Requerimento Nº 172/2018 - Assunto: REQUEIRO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO PARA A INSCRIÇÃO NO PROGRAMA



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“CARTÃO REFORMA” DO GOVERNO FEDERAL. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 173/2018 - Assunto: REQUEIRO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO, CARLOS NELSON BUENO, ATRAVÉS DAS SECRETARIAS DE OBRAS E MEIO AMBIENTE, ESTUDOS SOBRE A ERRADICAÇÃO DAS ARVORES E A REVITALIZAÇÃO DA CALÇADA NA RUA CARMELINA BAZZUCCO DAVOLI, JARDIM MARIA BONATI BORDIGNON, MOGI MIRIM – SP. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Requerimento Nº 174/2018 - Assunto: REQUEIRO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE INFORMAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DOS EXTINTORES E DEMAIS ITENS DE SEGURANÇA NAS UBS, PRINCIPALMENTE NA DO SEAC. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 175/2018 - Assunto: REQUEIRO AO PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, CÓPIA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DAS SALAS QUE ABRIGAM SECRETARIAS DA PREFEITURA E O GABINETE, LOCALIZADAS NA AVENIDA PEDRO BOTESI. Autoria: CINOÊ DUZO. Requerimento Nº 176/2018 - Assunto: Requer ao Exmo Sr. Prefeito Carlos Nelson Bueno, estudos da possibilidade das Licenças Nojo e Gala do Funcionalismo Público Municipal passar a ser de 8 (dias), visto que este é o período que os Funcionários Públicos Federais têm direito, conforme Art. 97 da Lei Federal 8.112/90 e, que também é garantido no Art. 78 da Lei Estadual 10.261/68 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, ou até mesmo, que sejam de 9 dias, como é concedido aos professores, assim igualando todos os funcionários públicos municipais. Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Requerimento Nº 177/2018 - Assunto: Requeiro informações do Executivo acerca da possibilidade de separação do quadro de energia elétrica no prédio público municipal ocupado pela Agência do INSS e outras providências. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento Nº 178/2018 - Assunto: Requeiro informações



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

do Executivo acerca da operação Tapa Buraco conforme solicitado em Processo Administrativo nº 264/2018, à Rua Júlia Gardinalli Bazuco, Jardim Paulista. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento Nº 179/2018 - Assunto: Requer homenagem aos atletas e comissão técnica que representaram Mogi Mirim no JORI (Jogos Regionais do Idoso) realizado em Limeira no mês de março, na Sessão Ordinária da Câmara Municipal em 23 de abril de 2018. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento Nº 180/2018 - Assunto: REQUEIRO A EMPRESA ELEKTRO, QUE REALIZE A PODA DAS ARVORES EXISTENTES NA RUA ÁUREA, LOCALIZADA NO JARDIM ÁUREA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Requerimento Nº 181/2018 - Assunto: Requeiro informações do Executivo acerca de serviço de roçagem no pátio de estacionamento de aeronaves e manutenção da pista de pouso do aeroporto conforme já solicitado pelo Aeroclubes em processo administrativo nº 1162/2018 e nº 1164/2018. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação Nº 506/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria competente, providências para limpeza e construção de calçada no terreno da Prefeitura, localizado no endereço Rua Afonso Arcuri, em frente ao nº 609, Bairro Jardim Maria Beatriz. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 522/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno através da Secretaria competente, para que seja feita a verificação do terreno baldio localizado na Rua Renato Martins, ao lado do número nº 51, Jardim Itapema. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA. Indicação Nº 523/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno através da Secretaria competente, para que seja feita a verificação da residência localizada na Rua Renato Martins, número nº73, Jardim Itapema. Autoria: TIAGO



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

CÉSAR COSTA. Indicação Nº 524/2018 - Assunto: INDICO AO EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CARLOS NELSON BUENO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA COMPETENTE, QUE EFETUE MANUTENÇÃO E MELHORIAS DA SINALIZAÇÃO DO SOLO NA ENTRADA DAS CHÁCARAS SOL NASCENTE REALIZANDO A PINTURA DO SOLO E COLOCAÇÃO DE TACHÕES DE SINALIZAÇÃO. Autoria: MOACIR GENUARIO. Indicação Nº 525/2018 - Assunto: INDICO AO EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CARLOS NELSON BUENO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA COMPETENTE, QUE EFETUE A INSTALAÇÃO DE PONTO DE ÔNIBUS COM A DEVIDA COBERTURA NA RUA PRÓXIMA AO LAGO EXISTENTE NAS CHÁCARAS SOL NASCENTE. Autoria: MOACIR GENUARIO. Indicação Nº 526/2018 - Assunto: INDICO AO EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CARLOS NELSON BUENO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA COMPETENTE, QUE EFETUE A MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA QUADRA ESPORTIVA E DA PRAÇA LOCALIZADA NA AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHKEK. Autoria: MOACIR GENUARIO. Indicação Nº 527/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno por intermédio da Secretaria competente, que realize verificação dos buracos da Rua Ademar Ruiz, em frente ao número 125, Jardim Itapema. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA. Indicação Nº 528/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno através da Secretaria competente, para que seja feita manutenção nos postes de iluminação da Avenida Brasil, altura do número 1587, sentido centro. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA. Indicação Nº 529/2018 - Assunto: INDICA-SE AO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL, CARLOS NELSON BUENO, A SOLICITAÇÃO DE DOAÇÃO DE MATERIAL FRESADO, BEM COMO FEZ, ANTERIORMENTE ESTA VEREADORA. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Indicação Nº 530/2018 - Assunto: Solicito ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria competente que, providencie Operação Tapa Buracos na Rua: José Mathias no Bairro do Tucura. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Indicação Nº 531/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA LAURINDO PEREIRA DE CAMPOS, NO JARDIM BRASÍLIA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 532/2018 - Assunto: SOLICITO AO EXMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, PARA QUE JUNTO AO DEPARTAMENTO COMPETENTE PROVIDENCIE A PINTURA DE SINALIZAÇÃO DE SOLO NA RUA DOMINGOS DOS SANTOS, NO JARDIM SANTA ELIZA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 533/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO REPAROS URGENTES NA MALHA ASFÁLTICA DA RUA DOMINGOS DOS SANTOS, NO JARDIM SANTA ELIZA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 534/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA JOSÉ ANTÔNIO DE ANDRADE JUNIOR NO PARQUE DA IMPRENSA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 535/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno através da Secretaria competente, para que sejam feitos estudos para implantação de lombadas e sinalização de trânsito ao redor da Praça Harmonia e Justiça, Rua Amadeu Bucci, Jardim Flamboyant. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA. Indicação Nº 537/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA AMUCCI TRUFFI NO PARQUE DA IMPRENSA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 538/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

COMPETENTE, QUE SEJA LIMPEZA E ROÇAGEM DO MATO NAS MARGENS E NO CANTEIRO CENTRAL DA AVENIDA ADIB CHAIB PRÓXIMO A SAÍDA PARA A SP 147. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação N° 539/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA LIMPEZA E ROÇAGEM DO MATO NO CANTEIRO CENTRAL DA RODOVIA ÉZIO MARIOTONI, PRÓXIMO AO UPA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação N° 540/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA LIMPEZA E ROÇAGEM DO MATO NO CANTEIRO CENTRAL DA AVENIDA PREFEITO LUIZ FRANKLIN DA SILVA, PRÓXIMO AO MORRO DO SUFOCO. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação N° 541/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA DA PRAÇA IBRANTINA CARDONA, NO JARDIM SANTA HELENA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação N° 542/2018 - Assunto: INDICO AO EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CARLOS NELSON BUENO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA COMPETENTE, QUE EFETUE MANUTENÇÃO ASFÁLTICA, REALIZANDO OPERAÇÃO TAPABURACOS NA RUA OSCAR VILAS BOAS, BAIRRO ATERRADO. Autoria: MOACIR GENUARIO. Indicação N° 543/2018 - Assunto: Indico ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal através de Secretaria Municipal competente a imediata manutenção da iluminação pública à Rua Vereador Humberto de Barros Franco n° 531, Jardim Scomparim. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação N° 544/2018 - Assunto: Indico ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal através de Secretaria Municipal competente a retirada de entulho à Praça esportiva e de lazer ao lado da UBS Jardim Maria Beatriz. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação N° 545/2018 - Assunto: Indico ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal através



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de Secretaria Municipal competente a poda de árvore à Praça esportiva e de lazer ao lado da UBS Jardim Maria Beatriz. Aatoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 547/2018 - Assunto: Indico ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal através de Secretaria Municipal competente a limpeza do canteiro à Rua Ministro Cunha Canto, nº 1025, em frente ao Fórum. Aatoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 548/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA LIMPEZA E ROÇAGEM DO MATO NA PRAÇA DR. JOSÉ CRISTINO, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM PANORAMA. Aatoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 549/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA PRAÇA TIRADENTES, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA CRUZ. Aatoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 550/2018 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO Nº 1615/2017 AO EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CARLOS NELSON BUENO, SOLICITANDO PARA QUE POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA COMPETENTE, SEJA EFETUADA A PASSAGEM DE MÁQUINA PATROL NO TRECHO DA SUBPREFEITURA DE MARTIM FRANCISO ATÉ LINDSAY, CHÁCARAS SÃO FRANCISCO E CHÁCARAS SOL NASCENTE. Aatoria: MOACIR GENUARIO. Indicação Nº 551/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA LUIZ ANTÔNIO DA ROCHA NETO, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM SANTA HELENA. Aatoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 552/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

JULIA GARDINALLI BAZUCO, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM PAULISTA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 553/2018 - Assunto: Indica ao Sr. Prefeito Municipal, por meio da secretaria competente, que promova estudos para a reforma da quadra esportiva da EMEB “Helena dos Santos Alves”, no Maria Beatriz. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Indicação Nº 554/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO NA RUA JOÃO BATISTA DE CARVALHO MELO, NAS CHÁCARAS SÃO MARCELO. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 555/2018 - Assunto: INDICO AO EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CARLOS NELSON BUENO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA COMPETENTE, QUE EFETUE MANUTENÇÃO E CONserto DO BUEIRO, LOCALIZADO NA AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHECK, NA ALTURA DO Nº 1696, BAIRRO JARDIM INOCOOP. Autoria: MOACIR GENUARIO. Indicação Nº 556/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria de Cultura, estudos e possibilidades de intervenção para realização de romaria de cavaleiros em nossa cidade, com todo respaldo para fiscalização e combate a qualquer tipo de maus tratos aos animais, bem como segurança de toda população, coibindo baderna, sujeiras e poluição sonora. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 557/2018 - Assunto: Indico ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal através de Secretaria Municipal competente poda de árvore conforme já solicitado em processo administrativo nº 1909/2018. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção Nº 82/2018 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR OSVALDO BRIDI, OCORRIDO DIA 31 DE MARÇO DE



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

2018. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Moção Nº 83/2018 - Assunto: Moção de Aplausos ao Chefe da Patrulha Ambiental de Itapira, Sr. Rogério Oliveira, pela iniciativa do projeto de lei que regulamentou a realização do evento de cavalgadas na cidade de Itapira, contribuindo para o bem-estar dos animais. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Moção Nº 84/2018 - Assunto: Moção de Aplausos ao Fiscal Ambiental Sanitário de Mogi Guaçu, Sr. Cleofas da Silva Viana, pelo trabalho de fiscalização e iniciativas nas questões referentes ao Bem-Estar Animal. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Moção Nº 85/2018 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AO GRUPO DE JOVENS DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS PELO EXEMPLO DE CIDADANIA “LIMPARAM RUA DR. JOÃO TEODORO” NO ULTIMO DIA 03 DE MARÇO DE 2018. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Moção Nº 86/2018 - Assunto: MOÇÃO DE APOIO AO GRUPO DE TORCEDORES DO MOGI MIRIM ESPORTE CLUBE, ABAIXO QUALIFICADOS, PELO MOVIMENTO EM PROL DO CLUBE MOGIMIRIANO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, datados de 26 e 28 de março, 02, 04, 05 e 06 de abril 2018, todos subscritos pelo Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal, José Augusto Francisco Urbini, respectivamente, respondendo a respeito do Requerimento nº 121/2018; Indicação nº 366/2018; Requerimento nº 122/2018; Indicação nº 415/2018; Indicação nº 253/2018; Requerimento nº 112/2018; Requerimento nº 106/2018; Requerimento nº 116/2018; Requerimento nº 118/2018; Requerimento nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

107/2018; Indicação nº 379/2018; Requerimento nº 035/2018; Indicação nº 375/2018; Requerimento nº 113/2018; Indicação nº 1588/2017; Requerimento nº 119/2018; Indicação nº 1548/2017; Requerimento nº 089/2018; Indicação nº 384/2018; Indicação nº 394/2018; Requerimento nº 108/2018; Indicação nº 178/2018; Requerimento nº 117/2018; Indicação nº 1407/2017; Indicação nº 1535/2018; Indicação nº 1541/2017; Indicação nº 1649/2018; Indicação nº 1414/2017; Indicação nº 436/2018; Requerimento nº 102/2018; Requerimento nº 101/2018; Indicação nº 400/2018; Indicação nº 401/2018; Indicação nº 403/2018; Indicação nº 404/2018; Indicação nº 377/2018; Indicação nº 383/2018; Indicação nº 417/2018; Requerimento nº 603/2018; Indicação nº 418/2018; Indicação nº 419/2018; Indicação nº 420/2018; Indicação nº 422/2018; Indicação nº 423/2018; Indicação nº 438/2018; Indicação nº 406/2018; Indicação nº 388/2018; Requerimento nº 062/2018; Indicação nº 440/2018; Indicação nº 424/2018; Indicação nº 425/2018; Indicação nº 462/2018; Indicação nº 399/2018; Indicação nº 1531/2017; Requerimento nº 705/2018; Indicação nº 1555/2017; Indicação nº 1579/2017; Indicação nº 1587/2017; Indicação nº 1648/2017; Indicação nº 1647/2017; Indicação nº 1081/2017; Requerimento nº 729/2018; Indicação nº 1408/2017; Indicação nº 1607/2017; Indicação nº 1608/2017; Indicação nº 1612/2017; Indicação nº 1630/2017; Indicação nº 1600/2017; Indicação nº 1596/2017; Indicação nº 1080/2017; Indicação nº 1578/2017; Indicação nº 457/2018; Indicação nº 413/2018; Indicação nº 414/2018, desta Edilidade; (arquive-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores interessados). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra, no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. A primeira oradora foi a Vereador Maria Helena Scudeler de Barros. Ela cumprimentou o ex-vereador Ernani Gragnanello e os senhores Luiz Adorno e João Alfredo Scudeler e os demais apoiadores do Mogi Mirim Esporte Clube – MMEC,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

presentes, nas galerias, empenhou seu apoio e a cumplicidade da Câmara, ao MMEC, e agradeceu tais ilustres presenças. Depois, referiu-se à fala do Secretário Fábio Mota, que discorrera sobre o seu trabalho, prestado no trânsito, iluminação e limpeza, e ela registrou que, na administração anterior, poucos tinham sido contrários à aprovação da Contribuição de Iluminação Pública – CIP, dos atuais edis, apenas os vereadores Cinoê, Robertinho e ela, oradora. Ela fez um apelo, ao prefeito, para que conduzisse o assunto, com muita responsabilidade, porque a população cobrava os vereadores, frequentemente, sobre o assunto da CIP e, principalmente, sobre o valor da cobrança, que era muito alto. Salientou, que era muito importante, que houvesse estrutura para o serviço, pediu ao secretário, que transmitisse ao prefeito sua solicitação, para que ele estruturasse a equipe do Secretário Fábio, suficientemente, objetivando a transformação, pela qual a cidade precisava passar. Agradeceu ao Vereador Cinoê, a possibilidade da presença do Secretário Fábio, na Casa, gestor que tinha explicado suas intenções de trabalho, o aumento da rede de iluminação, sua preocupação, para com as escolas e praças, e sublinhou que era necessário que a administração retornasse a contribuição, que o povo pagava, com qualidade de serviços e a exposição do secretário Fábio lhe deixara satisfeita. Deixou seus cumprimentos ao secretário, disse que, certamente, a população observaria a CIP empregada da forma, como deveria ser feita, com qualidade, trabalho, segurança e tecnologia. Sobre outro assunto, relatou reunião das comissões, com a presença da Secretária Municipal de Educação, Professora Flávia Rossi. Explicou que a secretária relatara o empenho, relativo aos CEMPIs – Centro de Educação Municipal de Primeira Infância, e tinha dito sobre uma parceria da Secretaria de Educação, com a empresa Sogefi Suspension Brasil, antiga Allevard, a qual estava investindo um valor significativo, quase duzentos mil reais, num programa de qualificação de professores, coordenadores e educadores. A vereadora cumprimentou a empresa, pela parceria empreendida, com o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

município, porque a parceria era algo muito importante, a primeira parceria efetiva da administração, com uma empresa privada, justamente, em benefício das crianças. O próximo orador foi o Vereador Moacir Genuario. Ele se reportou à prisão do ex-presidente Lula, disse que a ação tinha sido uma demonstração de mudança, para o Brasil, uma atitude digna, de seis ministros do Supremo Tribunal. Afirmou que todos os envolvidos, na política, e a população, em geral, tinham se alegrado, porque os brasileiros deveriam sempre primar pela coerência e honestidade dos políticos. Falou das muitas provas, dos depoimentos, da Operação Lava Jato e de como, agora, o Palácio do Planalto estava pensando em retirar as regalias de ex-políticos, ex-presidentes, algo, com o que ele concordava, porque “quem vivia de passado era museu”, o antigo presidente tinha trazido muito mal ao Brasil e, depois de ter saído do cargo, ainda detinha seguranças, motorista, e o Palácio do Planalto estava pensando, em retirar tais privilégios. Falou que, infelizmente, a história de Lula, para com o Brasil, seria uma história negativa, um presidente que, na ansiedade de fazer um governo, tinha permitido que o poder lhe subisse, na cabeça, e tinha se corrompido. Congratulou-se e parabenizou os ministros do Supremo Tribunal Federal - STF e o Juiz Sérgio Moro, da Lava Jato, colocou que todos os partidos tinham problemas, com deputados, mas, aqueles que estavam militando, na política, tinham que ser exemplo, e condenou a “palhaçada de Lula, no sindicato dos metalúrgicos”, onde ele permanecera, antes de ser preso. Aclarou que “as mordomias de sindicatos deveriam acabar”, pois os sindicatos “mamavam na teta do governo” e não era correto permitir, que sindicatos mandassem e destruíssem o Brasil, e pediu a prisão dos corruptos, independentemente, de quem fossem. Sobre outro assunto, referiu-se à reportagem do jornal, que abordava a piscina do Tucurão, e registrou que tinha feito requerimento sobre o assunto, no sentido da prefeitura, além dos reparos, instalar um vigia, no local, objetivado evitar roubos. Falou, que, mais uma vez, a cidade sofria pela demora da administração, em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

solucionar problemas, haja vista que o requerimento fora feito, há tempos, e, se a administração tivesse tomado suas providências, ou consertado o muro, o Tukurão poderia ser um local de desfrute da população. Por fim, pediu que o prefeito atendesse ao requerimento e colocasse um vigia, no Complexo do Tukurão, para bem cuidar do patrimônio do município. O próximo orador foi o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Ele iniciou, mencionando a singela homenagem feita ao Monsenhor Paiva e frisou que, pessoalmente, fora uma honra ter recebido o monsenhor, na Câmara, uma “pessoa que dispensava comentários”, um líder, que tinha escrito sua história, na cidade, pessoa digna, respeitosa e produtiva, Mogi Mirim precisava de mais homens como o Monsenhor Paiva, que muito bem tinha feito ao povo de Mogi Mirim. Parabenizou e agradeceu ao Vereador Gérson, pela iniciativa da homenagem “muito mais que merecida”. Desejou enaltecer também, o nome de três vereadores, o Vereador Manoel, a Vereadora Sônia e o Vereador André Mazon, pessoas que faziam um trabalho maravilhoso, em prol dos animais, e lutavam, com afinco, sempre na defesa dos animais, mencionando, igualmente, a questão da castração dos animais, que era promovida, pelos citados, num benefício incomensurável ao povo da cidade, porque, até certo tempo atrás, a administração erradicava animais, “na base da paulada”, em Mogi Mirim, era, pois, luta árdua. Especificamente, parabenizou o Vereador Manoel, pela iniciativa de audiências públicas, com pessoas renomadas, visando à elaboração de projetos de defesa do meio ambiente e dos animais. Desejou enaltecer também, o nome de uma mulher, Ministra Presidente do STF, Dra. Carmem Lúcia, que tinha dado demonstração de caráter, brasileira nata, que tinha dado o “Voto de Minerva maravilhoso”, que havia colocado o vagabundo, ex-presidente Lula, atrás das grades, ele, que tinha sido responsável pela morte de muitos, no país, haja vista que Lula tinha roubado mais de trezentos bilhões de reais dos cofres, junto com a ex-presidente Dilma, pessoa a quem a Justiça também chegaria, certamente. Falou, que o Brasil tinha



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que mudar e o povo não poderia cair no marasmo, porque nem tudo estava resolvido, e era o momento de a população investigar, analisar seus candidatos e pesquisar, para dar seu voto, com consciência, porque existiam “coisas”, no Brasil, que precisavam mudar, o país tinha que ser uma nação forte e citou, como exemplo, o presidente norte-americano Donald Trump, que estava “ditando as regras comerciais do planeta”, ele estava defendendo os EUA, seu país, e lembrou, que a cidade de Detroit fora à falência, porque os presidentes anteriores a Trump, não tinham fixado taxaço, na balança comercial. Citou que os brasileiros, atualmente, importavam da China e mandavam para os EUA e isto tinha que acabar, dever-se-ia produzir, no país, gerar empregos, arrecadar impostos e empregar o povo, pois isto era o que o povo brasileiro precisava. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Sônia Regina Rodrigues. Ela iniciou, relatando encontro, do qual tinha participado, no Palácio dos Bandeirantes, juntamente, com o Vereador Manoel Palomino, ocasião em que tinha sido assinado convênio, liberando mais de cem mil reais, para castrações de cães e gatos, em Mogi Mirim, numa grande conquista da causa animal, porque somente com a redução da população animal, haveria controle sobre os animais. Registrou também, reunião da qual participara, na Secretaria Estadual de Meio Ambiente, diretamente, com o Secretário Maurício, e sobre notícia, de que estava sendo elaborada lei estadual, contra maus tratos e abandono de animais, legislação esta, que iria atingir mais de seiscentos municípios e disse, que muitas pessoas questionavam, por que Mogi Mirim não possuía uma lei séria, eficaz, contra às pessoas, que maltratavam animais, afirmando, então, que surgia esperança, com a possibilidade dessa legislação estadual, e sublinhou, que a consultoria ao projeto de lei estava aberta à população, publicamente, através do site www.ambiente.sp.gov.br/consultoriapublica. Pediu à população, às pessoas que desejavam defender os direitos dos animais, que participasse, ajudando a efetivação da legislação, pois a lei trataria ainda, do cadastro único animais, através de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

chips, castrações, incentivo à adoção, conscientização e responsabilidade. Na sequência, a vereadora falou sobre a reunião, que tinha sido realizada, na Santa Casa, na última quarta-feira, com a presença de vários vereadores, ocasião, em que tinham sido discutidos vários assuntos. Ela disse que o encontro a agradara; que sabia da crise que a Santa Casa vinha enfrentando, para atender à população; que o atual administrador do hospital, senhor Clodoaldo “não tinha medo de conversar” e tinha exposto números; que ela havia sugerido, na reunião, que passados noventa dias, o administrador rerepresentasse os números, numa atitude de transparência, a qual ele concordara, que era preciso ter material, em mãos, para cobrar do hospital, e que, ela sentira esperança, pois confiava no trabalho dos administradores da Santa Casa. Por fim, parabenizou os corintianos que, ganhando o Título de Campeão Paulista de Futebol, haviam comemorado a vitória, com fogos, sem estampidos, cumprindo assim, a lei municipal, que ainda não estava regulamentada, pelo Poder Executivo, mas deveria estar, antes de junho, mês das festas juninas. O próximo orador foi o Vereador Tiago César Costa. Ele também comentou sobre a reunião realizada, na Santa Casa, para a qual tinha sido convidado e participara. Relatou, que o que lhe deixara preocupado tinha sido o montante da dívida, cinquenta e quatro milhões de reais, aproximadamente, uma dívida que comprometia os serviços prestados pela Santa Casa. Relatou números, explicando, que o montante do último empréstimo feito, pela entidade, tinha sido de treze milhões de reais; que o atual administrador afirmara, que ele teria utilizado o dinheiro de outra forma; que os treze milhões tinham sido utilizados de forma equivocada, ou irresponsável; que a ex-administradora tinha gerido o montante e depois tinha deixado os quadros do hospital, e a dívida só tinha aumentado, algo que lhe causava estranheza, algo que deveria ser investigado, para que se entendesse o ocorrido, perguntou por que a ex-administradora tinha agido dessa forma, aumentando a dívida e os problemas; que ele tinha a intenção de fazer um requerimento sobre a questão,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pediu o apoio e a assinatura dos pares, porque, com o decreto nº 7.390/2017, de 24 de janeiro de 2017, o prefeito reduzira 20% de todos os convênios da Prefeitura, para com a Santa Casa, e, se o serviço já era deficitário, com 20% a menos, desde janeiro de 2017, tinha se tornado ainda pior, logo, ele, vereador, pretendia apresentar requerimento ao prefeito, para solicitar ao gestor, que devolvesse os 20% aos contratos celebrados, com a Santa Casa, a fim de que houvesse equilíbrio, e a Santa Casa tivesse condições de manter um mínimo de dignidade aos usuários; que o atendimento na Santa Casa estava abaixo do esperado e a revisão dos convênios cabia ao prefeito, gestor principal da saúde, logo, o vereador sugeria fazer a revisão do decretado e devolver 20% de todos os convênios, revisá-los e reajustá-los a maior valor, haja vista que uma solução deveria ser encontrada, porque era injusto aos internados do SUSs correrem risco de adquirir bactérias, infecções e coisas desse gênero, colocar sob risco a vida do munícipe, pela falta de recurso público, e que, a questão era a de pensar na dignidade do ser humano, de estar internado, sem riscos, cuidando da saúde. O próximo orador foi o Vereador André Albejante Mazon. Ele registrou o aniversário do Monsenhor Clodoaldo de Paiva e se disse feliz, com a homenagem feita, pela Câmara, através da iniciativa do Vereador Gérson Rossi. Lembrou que, quando tinha estado à frente da Secretaria de Cultura, em 2013, a cidade promovera uma exposição sobre a vida do sacerdote e, a partir disso, o vereador ficara sabendo de sua importância, para a história de Mogi Mirim, informou, igualmente, que seu genitor tinha sido seminarista, e tinha sido também, coroinha do Padre Paiva, há mais de sessenta anos. Sobre outro assunto, o vereador versou sobre o Bem-Estar Animal – BEA, informando, que três semanas atrás tinha cobrado o Secretário de Meio Ambiente, Ivair Biazotto, sobre o BEA e, na data, tinha ido, pessoalmente, verificar se havia novidade. Ele soubera, que se realizara uma reunião, no departamento, com Tiago, do BEA, o Secretário de Meio Ambiente, Ivair Biazotto, e com Dani, responsável pelo setor de compras, pedindo esses últimos, um



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

prazo de quinze dias, todavia, a secretaria estava dando andamento às compras, para o BEA. Disse que iria retornar à tribuna, futuramente, trazendo as novidades, mas, aparentemente, as compras estavam caminhando. Depois, falou sobre café da manhã, que tinha sido realizado, no último domingo, nas Chácaras São Marcelo, com a presença do Deputado Nelson Marquizzelli, narrando o vereador que, na oportunidade, tinham estado presentes também, o Secretário Municipal de Segurança, José Luiz, e o Vereador Marcos Franco, o Marcos Gaúcho, que a conversa com o deputado tinha sido proveitosa, porque ele assinalara à possibilidade da vinda de seis motos, para a GCM, e que, o Vereador Marcos Franco e ele iriam oficializar o pedido, junto ao deputado, objetivando a conquista das seis motos. Relatou ainda, que tinha feito denúncia, no Ministério Público, sobre a situação do BEA, que o promotor tinha respondido, informando que a denúncia tinha sido acatada e o MP iria investigar acerca da falta de medicamentos no BEA, e que, esta era uma notícia boa, pois o promotor, certamente, constataria a gravidade da situação a que o BEA tinha chegado. Como último assunto, o vereador versou sobre a Santa Casa, concordou com as palavras ditas, pelo Vereador Tiago Costa, destacou a reunião, que tinha ocorrido, na Santa Casa, com a presença de nove vereadores, numa demonstração de transparência do hospital, para com a sociedade, todavia, ressaltou que a situação era preocupante, os vereadores precisavam acompanhar de perto a situação e ajudar. Sublinhou a Campanha “Doe Uma Gotinha de Água”, que estava vigente, em prol da Santa Casa, conclamou todos à participação, a fim de ajudarem a Santa Casa, dizendo, finalmente, que a proposta do Vereador Tiago, de devolução de 20% dos contratos celebrados, com a Santa Casa, a fim de que houvesse equilíbrio, era perfeita, e solicitou ao prefeito, que tomasse tal atitude, porque a Santa Casa estava precisando. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo. Ele aproveitou o tema da Santa Casa, falou que ela continuava “na UTI” e que essa “UTI” também requeria equipamentos de ponta, caso contrário, a Santa Casa viria a óbito. Sugeriu, já



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que a Câmara não iria utilizar seus recursos, para, por exemplo, fazer um novo prédio e se tornar independente de alugueis, que através da devolução do duodécimo, repassasse o dinheiro à Santa Casa, fossem cem mil, duzentos mil, quinhentos mil, ou um milhão de reais, o valor que fosse possível, porque o repasse daria “um fôlego”, para a Santa Casa e a Câmara daria uma resposta concreta, para a população, de como a Câmara, num momento grave da saúde do hospital, tinha colaborado, devolvendo parte de seu próprio recurso. Depois, falando sobre o sistema de saúde, observou que a Unidade de Atendimento Não Agendado - UANA estava fazendo muita falta à população; que as pessoas lhe perguntavam, se a Santa Casa iria fechar, porque muitos que na frente do hospital passavam, observavam o pronto socorro fechado, bem como, o ar de abandono, explicou que, com a abertura da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas – zona leste, a UANA tinha sido fechada, que ele fora contrário ao fechamento da UANA, porque, no seu entendimento, a UANA deveria ter permanecido, para atendimento da população central da cidade, enquanto que a UPA atenderia a populosa zona leste, e que, ele deixava a sugestão da devolução do duodécimo, porque a Santa Casa precisava e as pessoas, que estavam cuidando do hospital, estavam tentando ajudar. Finalmente, cumprimentou e deu seus parabéns, aos funcionários da Santa Casa, pessoas que estavam se desdobrando, para manter o atendimento ao público, pessoas que tinham amor, por aquilo que faziam. O próximo orador foi o Vereador Cristiano Gaioto. Ele falou sobre vereadores, que apresentavam proposições, para os mesmos objetivos, citou o Vereador Luís Roberto Tavares, que, algumas vezes, fazia a mesma proposição que ele, orador, e disse que isso era bom, pois prazeroso ver que outros Vereadores abraçavam a mesma causa, a mesma luta, e quanto mais pessoas aderissem à uma causa, mais força haveria, para a luta. Citou, como exemplo, uma sua indicação de Operação Tapa Buracos, no Jardim Murayama I, pedido endossado, pelos vereadores Gérson e Jorge. Falou de uma resposta, que recebera, sobre um pedido,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que ele tinha protocolado, em Brasília, informou que viriam verbas, para recapeamento das ruas do Jardim Murayama I, portanto, vitória na luta, que tinha sido empreendida, por três vereadores. Citou as palavras do Monsenhor Paiva, durante o discurso, que pronunciara, anteriormente, afirmando que a Câmara tinha a oportunidade de entrar para a história, de “fazer algo acontecer”, mas que não se deveria pensar, em agir sozinho, pois não se chegaria a lugar algum, assim, os vereadores deveriam se unir, lutar irmanados, solicitar as mesmas coisas, os mesmos objetivos, pelo mesmo ideal, que era a cidade. Sobre outro assunto, justificou sua ausência, na reunião, na Santa Casa, na quarta-feira última, bem como, sua ausência, na reunião do funcionalismo, disse que tinha ficado entristecido por não ter comparecido, mas tinha sido bem representado, por outros vereadores, e informou que tinha mantido conversas, com o Secretário de Finanças, Roberto Oliveira, bem como, com o Prefeito Municipal, e aguardava, para breve, resposta a um seu requerimento, com relação ao funcionalismo. Destacou conversa, que tinha mantido, com a Vereadora Maria Helena, sobre os projetos a serem votados, na pauta da Ordem do Dia. Afirmou que a vereadora tinha elucidado suas dúvidas sobre jornada dos professores, disse que fora momento muito prazeroso, porque a vereadora detinha muito conhecimento, e que, ele iria votar, com mais tranquilidade, a partir da conversa mantida, porque se tratava de projeto amplo, que estava regulamentando as educadoras de primeira infância, equiparando-as às professoras. Salientou que, logicamente, as creches deveriam passar por reestruturação também, pois iriam precisar de novos profissionais, que a secretária havia informado a contratação de mais trinta profissionais e que, quem ganhava, com tudo isso, eram os alunos de Mogi Mirim, num projeto benéfico, que traria tranquilidade aos profissionais, porque estavam ganhando alguns direitos, a partir da votação da lei, e isso traria tranquilidade também, aos pais, pois as crianças estariam bem assistidas. O próximo orador foi o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Ele iniciou, cumprimentando os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“vizinhos guaçuanos”, a população de Mogi Guaçu, pelo centésimo quadragésimo primeiro ano de emancipação político-administrativa. Salientou, que tinha um carinho muito grande, pela cidade de Mogi Guaçu, e que detinha grande audiência, naquela cidade. Depois, registrou dois requerimentos, o primeiro, solicitando à Secretária de Saúde, que informasse, quais atividades iria realizar, em atendimento à Lei municipal nº 5.980/2018, que instituiu, em Mogi Mirim, o “Abril Marrom”, para programas, palestras e afins sobre a prevenção de diversas cegueiras. O segundo requerimento, à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), para que regularizasse a entrega de correspondências, no Jardim Planalto e outros cinco bairros, os quais não recebiam correspondências, nas casas, e explicou, que a prefeitura precisava provocar a Empresa dos Correios, para que ocorresse a entrega. Depois, convidou todos os colegas e a população, em geral, para formatura de um grupo de setenta e um mogimirianos, na sede do CEBE, às 19 horas, agenda da quarta-feira, dia 11, mogimirianos que, mais uma vez, estavam se formando, em cursos de capacitação, desta vez, nos cursos de operador de caixa e recepção e atendimento, cursos gratuitos, que ele tinha conquistado, junto à Secretaria das Relações do Trabalho, informando, igualmente, que a ocasião contaria com a presença do Secretário Estadual das relações de Trabalho, Etelvino Pereira, que faria a entrega dos certificados. Ele se disse feliz, tinha sido projeto que abraçara, desde o início, a qualificação profissional, sete turmas já tinham sido formadas, esta seria mais uma, todos os alunos recebiam bolsa auxílio, os professores recebiam pagamento do Estado, pelas aulas, e cerca de cento e cinquenta mil reais já tinham sido injetados, diretamente, na economia da cidade. O próximo orador foi o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior. Ele agradeceu o apoio da Mesa da Câmara, para que pudesse ser realizada a homenagem ao Monsenhor Clodoaldo de Paiva, disse que tinha sido muito emocionante tê-lo recebido, na Casa de Leis, registrou que o único evento oficial de aniversário, do qual o aniversariante aceitara participar, tinha



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sido na Câmara Municipal e agradeceu a todos. Depois, comentou sobre as proposituras, que tinha apresentado, primeiramente, requerimento, solicitando informações acerca da possibilidade de separação do quadro de energia elétrica, no prédio público municipal ocupado pela Agência do INSS, explicando que, como estava sendo feita reforma, no Espaço Cidadão, seria importante que o município fizesse a separação do padrão de energia, para que a agência do INSS pudesse instalar sistema de ar-condicionado. Depois, outro requerimento, acerca de serviço de roçagem, no pátio de estacionamento de aeronaves, e a manutenção da pista de pouso, no aeroporto, conforme já solicitado pelo Aeroclube, nos processos administrativos n°s 1162/2018 e 1164/2018. Explicou que apresentava tal preocupação, para com o aeroporto municipal, tratava-se de um problema não resolvido, o município não tinha titularidade da aérea, a prefeitura não tinha assumido o aeroporto, que até poderia ser regional, o aeroclube tomava conta, do espaço, mas solicitava que o Poder Executivo fizesse roçagem, para arrumar a pista, para alguma utilidade possível, logo, ele reforçava o pedido, que já tinha sido feito, pelo próprio clube de voo. Destacou ainda, indicação para retirada de entulho e poda de árvores, na praça esportiva e de lazer, ao lado da UBS do Jardim Maria Beatriz, bem como, providências para a troca de iluminação, algo importante, pois eram muitos os pontos escuros, e afirmou que a sociedade estava ajudando, na recuperação de muitos espaços públicos, logo, era importante que o Poder Público atendesse, naquilo que fosse de sua competência. Na sequência, disse que, em 2012, ele tinha encerrado sua participação, no então Governo Carlos Nelson, e duas coisas haviam marcado aquele período, a saber, a Santa Casa, que era o único hospital da cidade, e a questão do funcionalismo público, pessoas que “carregavam o piano”, faziam o trabalho, executavam as tarefas, peças fundamentais, na gestão pública. Explicou que estava ele, no ano de 2018, e eram as mesmas preocupações, os mesmos assuntos, assim, pediu atenção da Casa, falou que o prefeito era ótimo gestor, mas o prefeito



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

deveria “olhar com carinho”, para o assunto da Santa Casa e do funcionalismo público. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Jorge Setoguchi. Ele respondeu ao Vereador Cinoê, sobre a sugestão da doação do duodécimo da Câmara à Santa Casa, dizendo que a Mesa estudaria a possibilidade de fazer a devolução. Registrou o aniversário do Monsenhor Paiva, que celebrava noventa anos, pessoa que tinha um trabalho magnífico perante a vida, destacou que a homenagem ao monsenhor tinha sido muito merecida, o sacerdote ajudara a muitos, na área rural, o sacerdote muito valorizava a população rural, o trabalho do homem do campo, e frisou que o sacerdote era pessoa magnífica. Esclareceu a respeito de proposta de emenda à LOMMM nº 01/2018, alterando Artigo 60, por pedido do Vereador Gérson, pois havia erro gramatical na palavra “externo”, quando o correto seria “interno”, acerca do controle, feito pela prefeitura, e também, alterando o Artigo 90, da LOM, inserindo inciso XV, assegurando ao servidor público eleito, a ocupar cargo, em sindicato, dando-lhe direito de se afastar de suas funções, durante o tempo que durasse o mandato, sem prejuízo à percepção do salário, acatando uma decisão judicial, que chegara à Câmara e ao Poder Executivo, logo, a Câmara iria fazer tais adendos, para cumprir a decisão judicial, no Artigo 90, e ele solicitava o apoio dos pares. Ato contínuo, novamente na direção dos trabalhos, o presidente facultou uso da palavra ao Vereador Luís Roberto Tavares. Ele iniciou, dizendo que tinha se reunido, com o grupo de amigos do MMEC, o mesmo que comparecera, na Câmara, na semana passada, pedindo moção de apoio às intenções do grupo e para formação de uma comissão de vereadores, para análise da situação do MMEC, e informou, que uma comissão de vereadores era mais apropriada, para situações, onde existissem verbas públicas e não particulares, mas que estavam estudando possibilidades,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

porque desejavam apoiar, participar e acompanhar a questão. Sobre a expansão da iluminação pública, assunto trazido, na palestra do Secretário Fábio Mota, registrou que já fizera inúmeros pedidos de expansão, tais como, para a Rodovia Élzio Mariotoni, ruas do Parque das Laranjeiras, Rua São Salvador, Chácaras São Marcelo, Pedreira Degrava e outros, mas, a parte mais importante eram as escolas, para conceder maior segurança aos alunos, aos pais e transeuntes, citando, como exemplo, de local escuro, os arredores da EE Valério Strang, onde havia grande necessidade. Relatou visita, que tinha feito, na UPA zona leste, sempre lotada de pessoas, explicou que ele tinha ido averiguar os extintores de incêndio, os quais, naquele local, estavam em perfeitas condições, mas, depois, ele tinha ido à UBS do SEHAC, onde os extintores estavam com a validade vencida, há três anos, razão pela qual ele tinha apresentado propositura sobre o assunto, notificando o erro à prefeitura. Faria também, notificação sobre as escolas e creches, pois as crianças eram inocentes e ele esperava nunca ocorresse um incêndio, nas creches, mas, se acontecesse, deveriam existir extintores prontos, para socorro. Por fim, versou sobre a audiência pública, promovida pelo Vereador Manoel Eduardo, sobre regulamentar, ou proibir romarias, na cidade, afirmando que a reunião tinha sido muito interessante, proveitosa, que, com a colaboração de todos, seria possível fazer a romaria, sem prejudicar animais, fazendo assim, permanecer a tradição católico-cristã, todavia, sem maltratar os animais. Parabenizou o vereador Manoel, todos os vereadores e assessores, que tinham participado da audiência, e citou, que Mogi Mirim possuía um grande médico veterinário, senhor Norival, pessoa que “vestia a camisa” da proteção animal, e, publicamente, ele desejava registrar. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 21h33, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: "Ex-vi" do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno: 1.** Projeto de Lei nº 18, de 2018, de autoria do Prefeito Municipal, "dispondo sobre a transferência de depósitos judiciais e administrativos, que especifica, e dando outras providências". Parecer conjunto, das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Para comentar a matéria, discursou a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Ela explicou, que as comissões permanentes de Finanças e Orçamento e de Justiça e Redação haviam emitido parecer, conjunto, após seus membros terem conversado, com os secretários municipais; que, em 2015, a Casa tinha aprovado lei complementar, dando ao município a possibilidade de utilizar até 70% dos depósitos judiciais e administrativos; que, em 2017, através de lei federal, este índice tinha sido alterado, para 75%, motivo pelo qual, o município tinha que se adequar à lei federal, atendendo à emenda constitucional nº 99/2017, a qual tinha instituído o novo regime especial de pagamento de precatórios, e leu o parecer conjunto, das comissões permanentes; que um exemplo, desses precatórios, era a ação do município contra o Itaú/Unibanco, no valor de trinta milhões de reais, em bloqueio, todavia, se pudesse ser empregado, seriam quase vinte e um milhões de reais, os quais poderiam ser utilizados; que as comissões tinham o exemplo da cidade de Mogi Guaçu, possuíam cópia da lei municipal daquela cidade, que já se adequara à emenda constitucional, e a lei proposta, para Mogi Mirim, tinha sido elaborada, com base, na lei de Mogi Guaçu; que seriam utilizadas as transferências de depósitos judiciais, nas contas do município, para pagamento de precatórios, que os Secretários de Negócios Jurídicos, Tiago Toledo, e de Finanças, Roberto Oliveira, tinham concedido amplas explicações, e que, a Casa deveria aprovar a lei, para se adequar à emenda constitucional. O próximo a comentar a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

proposta foi o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior, que completou as explicações da Vereadora Maria Helena. Ele aclarou, que Mogi Guaçu tinha elaborado sua lei, considerando a emenda constitucional nº 94, quando estava em vigor, e Mogi Mirim faria sua lei, com base na emenda constitucional nº 99/2017, que adviera depois de uma pressão, que tinha sido feita pela Associação dos Municípios, para que o prazo para pagamento precatórios pudesse ser estendido, até 2024, e isto havia possibilitado aos municípios, que fizessem o pagamento de precatórios, por prazo maior; que tinha ocorrido alteração à emenda constitucional nº 99/2017, no sentido de como se utilizar o dinheiro, oriundo dos depósitos, permitindo assim, que os municípios utilizassem até 75% dos depósitos, para pagamento de precatórios; que a lei tinha concedido tal alternativa, ou seja, se preciso, o município poderia utilizar o dinheiro dos depósitos judiciais; que havia um raciocínio lógico nisso tudo, porque os precatórios tinham que ser pagos, obrigatoriamente, os Tribunais de Contas e de Justiça observavam, mensalmente, se os depósitos, referentes aos precatórios, estavam sendo feitos e, utilizando-se do valor dos depósitos judiciais, o município, de certa forma, ganhava um alívio financeiro, que ele, pessoalmente, não via necessidade de lei municipal, já que se tratava de emenda constitucional, mas o Secretário Roberto Ihes tinha explicado, que os bancos estavam muito exigentes, quanto à documentação, e desejam ver a lei municipal, para poderem liberar os depósitos, e que, a lei vinha auxiliar aos municípios. Também comentou a matéria o Vereador Tiago César Costa. Ele fez uma ressalva somente, relativa à utilização dos depósitos judiciais, para pagamento de precatórios, classificou como questão delicada, e usou, como exemplo, uma ação da prefeitura, contra o Data Center Itaú/Unibanco, no valor de dezoito milhões de reais, cujo dinheiro estava bloqueado, em espécie, com seguro garantia do Itaú/Unibanco. Explicou que, desse valor, a prefeitura poderia sacar até dez milhões de reais e os utilizar, mas, a questão importantíssima era que, se o Itaú revertisse a decisão, a prefeitura teria que devolver o dinheiro,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para o Itaú/Unibanco, logo, se isso ocorresse, o próximo prefeito teria que pagar os dez milhões de reais ao banco, e que, a responsabilidade com a utilização dos depósitos deveria ser grande, porque, poderia se tornar mais uma “herança negativa”, para as próximas gestões, ou um novo problema poderia ser criado, com o saque dos depósitos. Sublinhou que se tratava de lei federal, questão de emenda constitucional, logo, ele era favorável ao projeto, mas deixava a ressalva, pedindo cuidado; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 18/2018, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **EM PRIMEIRO TURNO: “Ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno: 2.** Projeto de Lei Complementar nº 03, de 2018, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a alteração da Lei Complementar nº 207, de 27 de dezembro de 2006, que estabeleceu o Estatuto do Magistério Público do Município de Mogi Mirim e respectivo Plano de Carreira e Salários da Rede Municipal de Ensino”. Parecer conjunto, das Comissões de Justiça e Redação, de Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. A primeira a comentar a matéria foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Explicou que a presente proposta, oriunda do Poder Executivo, era algo muito esperado, pelas professoras dos CEMPIs, e leu o parecer das comissões, ao projeto de lei complementar. Aclarou, que a matéria tinha, como objetivo, suprimir uma lacuna, na legislação municipal, para adequar a jornada de trabalho das professoras e das educadoras, portanto, o projeto especificava atribuições às profissionais professoras e às educadoras infantis. Outra coisa era a jornada do educador infantil, de 40 horas semanais, com 26 horas e quarenta minutos semanais, em atividades, com alunos; oito horas e vinte minutos, em trabalho pedagógico, na unidade educacional, e cinco horas semanais, em trabalho pedagógico, em local de livre escolha do docente, atendendo reivindicação dos educadores. Os professores de primeira infância dos CEMPIs teriam jornada



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de 40 horas semanais, sendo 26 horas e quarenta minutos semanais, em atividades, com alunos; oito horas e vinte minutos, em trabalho pedagógico, na unidade educacional, e cinco horas semanais, em trabalho pedagógico, em local de livre escolha do docente. Registrou, que seriam efetivadas trinta e três contratações, para educadoras, para os CEMPIs, previstas, desde o início do ano, adequando o quadro profissional. Logo, tratavam-se de duas situações: as atribuições, definidas, em lei, no Estatuto do Magistério Público, e a jornada de trabalho dos professores e a dos educadores, porque sempre tinha existido alguma dificuldade, entre as classes profissionais, e que, as comissões tinham emitido parecer conjunto, aceitando as alterações da jornada de trabalho e as atribuições dos profissionais. O próximo a discutir foi o Vereador Gérson Luiz Rossi Junior, que trouxe algumas observações importantes. Falou da Lei Complementar nº 207, o Estatuto do Magistério, e observou que, aos poucos, as educadoras infantis tinham ganhado seu espaço, pois as creches tinham surgido, como assistencialismo, mas elas tinham sido incorporadas, e as profissionais, as quais tivessem se graduado em pedagogia, tinham sido enquadradas, depois tinham pleiteado piso básico, ao qual tinham direito e, agora, conquistavam 1/3 para os professores do ensino básico e as educadoras infantis iriam incorporar o benefício, através desse projeto de lei complementar, portanto, um avanço, desde a administração Paulo Silva, porque, atualmente, existia uma rede de duzentos professores de educação infantil, para dois mil alunos, usuários da rede, numa mostra de evolução da rede municipal de ensino. Para encerrar, explicou que o impacto financeiro já tinha sido previsto, no orçamento anual. Também comentou a matéria, o Vereador Cinoê Duzo. Ele narrou que, na sua última viagem a São Paulo, tinha conversado sobre educação, com o Vereador Jorge Setoguchi, que lhe acompanhara, e contou, que o Japão tinha conseguido reconstruir sua sociedade, após ter sido devastado, na Segunda Grande Guerra, por causa da educação; que ele reconhecia o esforço



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

do governo municipal, para dar melhores condições aos educadores e professores, todavia, acentuava que sempre havia algo a melhorar, quando se tratava de educação; que ele não estava criticando, apenas observava, que sempre existia um fermento a mais possível à educação, porque sempre havia falta de recursos, que ele registrara isso, na última reunião do Sindicato dos Funcionários - SINSEP, falando que, todos os recursos deveriam ser investidos na educação, porque investir, em educação, tinha retorno certo e parabenizou o governo municipal, pela incitativa do reconhecimento do princípio de isonomia. O próximo orador foi o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Ele disse, que não poderia deixar falar sobre o projeto, porque, independentemente, de qualquer comentário negativo sobre a proposta, ele tinha que fazer afirmações sobre o assunto e registrou a contratação de mais trinta e três profissionais, para atender às crianças; que tais profissionais iriam destinar seus recursos no comércio da cidade e isto, iria aquecer a economia, que, anteriormente, não havia o que se cobrar, pois o prefeito anterior, Gustavo Stupp, não respeitava, ou cumpria a lei, ele nada fazia, mas, atualmente, as secretarias funcionavam, Mogi Mirim tinha retomado seu crescimento, ele tinha que registrar, e que, faltava muito ainda, na educação, mas a Secretária Flávia Rossi vinha se empenhando, ao máximo, na condução da pasta. O próximo a discutir o projeto foi o Vereador Cristiano Gaioto. Ele assinalou a importância do projeto, destacou que podia falar sobre o assunto, com propriedade, pois acompanhava a luta e, portanto, já esperava alguma reivindicação das auxiliares também, pessoas que faziam um trabalho tão importante, quanto às educadoras e professoras, pessoas primordiais e essenciais, aos filhos dos mogimirianos. Explicou que, com a nova estrutura, o professor iria ficar um pouco menos, na sala de aula, por isso, a necessidade de novas contratações; que, finalmente, as educadoras teriam o mesmo direito, que as professoras possuíam, há muitos anos; que, às vezes, havia alguma discriminação dos professores, para com as educadoras de creches, mas ambas as categorias possuíam a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mesma formação pedagógica, que ele era favorável a que as classes tivessem o mesmo direito, tratava-se de valorização importantíssima, dar este direito às educadoras de creches, e que, os novas profissionais seriam contratadas, através de concurso público. O próximo a comentar a proposta foi o Vereador Luís Roberto Tavares. Ele declarou seu voto favorável à matéria, porque acompanhava a luta das educadoras, desde 2005. Citou, que tinham sido várias as tentativas de adequar as educadoras, existiam alguns casos ingressados, na Justiça, e ele estava muito satisfeito, porque lembrava da luta, desde 2005, e esperava que a adequação funcionasse, na prática. O próximo a discutir o assunto foi o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Ele salientou, que se tratavam de duzentos e nove profissionais, a serem beneficiados, mais trinta e três, os quais seriam contratados, futuramente, por concurso público, e que, com a nova regulamentação, as crianças teriam educadores, no período completo da creche, algo muito importante; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Primeiro Turno, o Projeto de Lei Complementar nº 03/2018, do Prefeito de Mogi Mirim); (à Ordem do Dia da próxima sessão). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). O primeiro orador foi o Vereador Marcos Antônio Franco. Inicialmente, ele agradeceu ao senhor Adriano, do Grupo de Escoteiros Valentino Balestro, grupo com o qual o vereador tinha empreendido um trabalho de roça de mato, nos arredores da sede da Secretaria de Educação, e elogiou a formação e a instrução dos jovens membros do grupo. Anotou também, que sua filha tinha feito parte do escotismo, cujos princípios tinham colaborando para sua formação adulta, tendo se tornado médica veterinária. Registrou, que a Câmara tinha aprovado espaço, para a sede do grupo de escoteiros, no passado, e agradeceu aos pares, por isso. Prosseguindo,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

destacou que, após o discurso da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, na última sessão, sobre a resposta da Secretária de Saúde, Dra. Rose Silva, a respeito do Programa ADOT, onde a gestora que tinha afirmado, que os pacientes recebiam acompanhamento de assistente social e que, nada lhes faltava, que ele, orador, tinha convidado a Vereadora Maria Helena, para que ela fosse com ele, fazer algumas visitas, em casas de usuários da rede e do programa, para “ver que a realidade era outra”. Citou algumas dessas visitas, uma delas, na casa de uma menina tetraplégica, cuja mãe lavava a sonda de alívio, em água fervente, na panela da comida, para poder reutilizá-la na filha, haja vista que a família não recebia material da prefeitura. Informou, que cada sonda custava oitenta e cinco centavos de real, deveria ser utilizada pela garota, cinco vezes, por dia, ao mês, logo, gastava-se um total de cento e cinquenta reais. O vereador disse, que não adiantava “falar besteiras”, na Câmara, porque o Marcos Gaúcho era funcionário da Secretaria de Saúde, estava lá também, para fiscalizar, enquanto Marcos Antônio Franco, o Vereador, estava na Câmara; que a Vereadora Maria Helena e ele tinham visitado outras casas, no Jardim Europa, por exemplo, também, no Jardim Flamboyant e Linda Chaib, e, em todas, os usuários passavam por dificuldades, com alguma coisa; que a paciente do Jardim Europa nunca tinha recebido a visita de uma assistente social, em sua casa, sendo usuária do sistema há vinte e cinco anos; que Marcos Gaúcho estava denunciando o “relaxo”; que Marcos Gaúcho dormia “um dia sim, outro não”, em virtude de seu trabalho, como motorista, e, portanto, acompanhava de perto vários casos de pacientes, alguns que se engasgavam com o próprio vômito, e falou também, das ambulâncias, em estado precário, veículos que carregavam os pacientes, “como se fossem gado”, que, infelizmente, não estava “tudo certo”, como a Secretária de Saúde queria que os vereadores acreditassem, e que, ele esperava a administração tratasse os pacientes, com mais carinho, e convidou todos os vereadores, para que o acompanhassem, em suas visitas. Falou, por fim, sobre armas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de fogo e disse, que as armas não eram perigosas, “mais perigosa era uma caneta”, na mão dos políticos corruptos, pois a caneta matava milhões de brasileiros, quando os corruptos, ao assinarem documentos, retiravam verbas de creches, de hospitais e de escolas e pediu, ao povo brasileiro, que prestasse mais atenção, na hora de dar seu voto, nas próximas eleições. Como os próximos inscritos, Vereadores Maria Helena Scudeler de Barros e Moacir Genuario, desistissem da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Discursou, afirmando que era obrigado a discorrer sobre um assunto e afirmou, que caráter não era qualidade que se podia comprar “de baciada, na feira”; que caráter e coragem faltavam, para muitos, e falar verdades era algo duro; que muitos lhe haviam dito, para ter cuidado, com o que falava, para não se tornar escravo das próprias palavras, mas ele não tinha medo, pelo contrário, desejava que provassem, que ele estava errado; que ele não iria “colocar panos quentes”, na situação, porque a verdade tinha que ser dita, e dita, não só com palavras, mas com números também; que, entre 2009 a 2012, ele tinha sido vereador, na Casa, presenciara toda a celeuma, entre a Prefeitura de Mogi Mirim e a Santa Casa; que o diretor executivo da Santa Casa, à época, tinha sido Ronaldo Albuquerque de Carvalho, pessoa que tinha sido feita administrador, pelas mesmas pessoas que, ainda hoje, “estavam por lá”, e “eles” não sabiam de nada, como, por exemplo, que o senhor Ronaldo tinha comprado um imóvel, localizado na rua de trás da Santa Casa, por setecentos mil reais, ou, outro exemplo, que o senhor Ronaldo, imperitamente, imprudentemente, gastara o dinheiro da Santa Casa exacerbadamente, e “os irmãos da Santa Casa” não sabiam de nada; que quinze meses tinham se passado, então, que se enganassem os bobos, pois a ele ninguém enganava, porque, de trinta e três milhões de reais, a dívida tinha subido para cinquenta e quatro milhões de reais, ou seja, vinte e um milhões de reais tinham sido gastos, em quinze meses, ou menos; que era apresentado um déficit de seiscentos e quarente e dois mil reais/mês, para a Santa Casa, logo, até o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

final do ano, a Santa Casa apresentaria um déficit de mais cinco milhões, setecentos e setenta e oito mil reais, em dívidas, a mais, praticamente, sessenta milhões de reais; que a pergunta, que se deveria fazer era se a dívida era a longo, ou curto prazo, e perguntou, onde estavam os extratos bancários, os quais ninguém queria revelar, dado o sigilo bancário, questionou, onde estava o fluxo de caixa da santa Casa, portanto, ninguém abria o livro, ninguém queria abrir a “caixa preta”, então, questionou ainda, como a população poderia ter coragem, ou confiança de doar dinheiro, para a Santa Casa, sob tais sonegações de informações; que ele não estava disposto a vir, na Câmara, e “escutar meia dúzia de palavras de gente babaca”, que não tinha se informado, nem estudado aquilo que estava acontecendo, dentro do hospital, e ainda, por cima, pessoas que diziam, que o prefeito Carlos Nelson tinha sido o responsável, pela Unimed ter saído da Santa Casa, o que era outra mentira descabida, pois ele, vereador, detinha provas disso e o responsável tinha sido o senhor Ronaldo Albuquerque de Carvalho, pessoa que tinha desejado colocar a AMIL, no lugar da Unimed, para poder “meter a mão, no dinheiro da Santa Casa”; que havia uma corja de ladrões administrando a Santa Casa, pessoas que tinham “metido a mão no dinheiro”, e “essa gente nunca era culpada”, por nada, e perguntou, até quando tal situação persistiria; que ele falava verdades, não tinha medo “dessa gente”, julgava uma pouca vergonha o que estavam fazendo, com o patrimônio de Mogi Mirim, a Santa Casa, que faltava vergonha na cara das pessoas, e que, estavam usando a questão da Santa Casa, como manobra política. A próxima oradora foi a Vereadora Sônia Regina Rodrigues. Ela iniciou, comentando as palavras do Vereador Orivaldo e dizendo que, durante os discursos, utilizara-se de mídia social e tinha feito uma pergunta, ao administrador da Santa Casa, Clodoaldo, se ele mostraria os extratos da Santa Casa aos vereadores, e que, ele lhe respondera mostraria “a qualquer momento”. Afirmou que ela tinha perguntado também, se o senhor Clodoaldo liberaria o Livro Caixa, e ele tinha respondido, “na hora que quiserem”,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

portanto, dirigindo-se ao Vereador Orivaldo, ela pediu que ele a acompanhasse, no hospital, como contador, que era, para que ambos estudassem os extratos e o Livro Caixa, aproveitando a oportunidade, pois os números que o vereador tinha demonstrado também a assustavam, a progressão da dívida, e ela acreditava que os vereadores tinham a obrigação de investigar. O próximo orador foi o Vereador Tiago César Costa, que comentou sobre a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, sujeito que tanto tinha colaborado, para que a política nacional chegasse ao fundo do poço e falou dos políticos, detentores do poder, pessoas que se utilizavam dos cargos eletivos, ou comissionados, para benefício próprio, às custas do dinheiro do povo. Observou, que a sessão do Supremo Tribunal Federal tinha sido uma sessão histórica; que, no estado democrático, ninguém poderia ficar contente, com a prisão de um ex-presidente da república, todavia, ressaltou que dever-se-ia buscar a mudança, no país, a fim de que os que desejassem fazer a política séria, fossem menos perseguidos; que existiam bandidos, em todos os partidos políticos, mas a Justiça deveria ser feita, independentemente, e ele não iria blindar qualquer bandido, que fosse, só porque filiado ao PMDB, pelo contrário, desejava que todos os corruptos fossem presos, para que se “retirassem do caminho”, e admitiu, que a democracia intrapartidária não funcionava, por causa dos poderosos caciques partidários, pessoas que desejavam ordenar tudo e todos, dando e retendo legendas, logo, era imperativo que isso acabasse, na política brasileira, para que os políticos sérios, aqueles que desejavam o coletivo, pudessem ganhar mais espaço, justamente, numa fase tão difícil da democracia e da política, que, atualmente, era vergonhoso se apresentar, como político, e que, muitas vezes, ele próprio tinha a imagem denegrida, somente porque pertencia ao PMDB, mesmo partido que Eduardo Cunha, por exemplo, portanto, ele esperava que a prisão de Lula e de outros agentes políticos tornassem a política nacional mais limpa, para que alguns pudessem construir uma história política limpa, numa fase tão triste, no Brasil. Observou, que a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mudança do comportamento político, em si, não iria se iniciar somente com a prisão de Lula; que ele sabia a corrupção não tinha se acabado, somente porque Lula tinha sido preso, afinal, muitos ainda não estavam presos, porque detinham foro privilegiado, dispositivo que tinha que cair também, em sua opinião; que mais medidas anticorrupção precisavam ser aprovadas, por novos senadores, por novos deputados, os quais seriam, futuramente, eleitos, pelo povo brasileiro, que o povo brasileiro precisava pensar, no poder de seu voto, e que, depois do paradigma quebrado, independentemente, se de partidos de direita, ou esquerda, centro, ou meio, fosse o Brasil limpo e os políticos pudessem ser vistos, como bons agentes públicos, em perseverança, na luta pelo povo brasileiro e mogimiriano. Como o próximo inscrito, Vereador André Albejante Mazon, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Cinoê Duzo. Ele registrou a presença da autoridade eclesiástica Monsenhor Clodoaldo de Paiva, cuja humildade era “acima do normal”, sacerdote, que sempre procurava dar um ensinamento, e ele, orador, dizia que tudo no mundo era vaidade, vaidade e nada mais que vaidade, porque, independentemente, do título de “vereador”, eles mandavam nada, só podiam pedir, solicitar e reivindicar e o dia do amanhã, só a Deus pertencia, então, pobre daqueles que tentavam adivinhar o futuro, e que, ele rogava a Deus, ultimamente, que controlasse sua vaidade também. O próximo orador foi o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Ele, desde logo, mencionou nota, que tinha sido publicada, na coluna Da Fonte, no Jornal O Popular, edição do último final de semana, e falou, que tinha sido questionado, pelo Vereador Moacir, a respeito da nota publicada, se seriam palavras proferidas por ele, orador. O vereador disse, que desde a sua eleição, sua motivação sempre tinha sido a de enaltecer e realçar a Casa de Leis; que ele concordava, os vereadores não mandavam nada, nada podiam, mas sempre era possível passar uma boa imagem à comunidade e era o que todos tentavam fazer; que, relativo à nota, ele apenas tinha feito a defesa, de sua classe profissional, a dos jornalistas, e a nota de O Popular mostrava



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

isso; que a nota dizia, “em defesa da categoria, o vereador jornalista Geraldo Bertanha, SD, voltou a criticar as fakes news – notícias faltas, o parlamentar fez um apelo à imprensa da cidade, para que levantasse a bandeira da informação responsável e da qualidade”, e disse que a nota deveria se findar, neste ponto, porque era isso o que estava registrado, na ata da sessão, mas, infelizmente, ela continuava, redigida, com uma opinião pessoal do redator: “fazendo um paralelo, no Legislativo também existem parlamentares fakes, aqueles que se dizem ser vereadores, mas não fazem nada, somente dramatizam e gritam, na tribuna, lamentável”; que o Vereador Moacir até tinha razão, em lhe questionar, porque, para “o leigo”, poderia parecer que ele, Geraldo Bertanha, estava “detonando” os colegas de Câmara, mas bastava a todos lerem a ata, referente àquela sessão, que ele esclarecia que o texto nada tinha a ver com ele, Vereador Geraldo, porque ele jamais falaria tais palavras, nem publicamente, tampouco, pessoalmente, e que, ele explicava, então, tornando público o questionamento do Vereador Moacir, já que a nota tinha sido publicada. Como o Vereador Moacir Genuario e o Vereador Geraldo Bertanha prosseguissem, na interlocução, mesmo findo o tempo regimental do discurso e sem qualquer solicitação de aparte, o presidente suspendeu a sessão, em curso, às 22h47, para que os vereadores dialogassem, e a reabriu, às 22h48, prosseguindo, com a Explicação Pessoal. Como o próximo inscrito, Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Luís Roberto Tavares. O Vereador desejava, publicamente, afirmar sua luta, em prol dos servidores públicos municipais, porque, se dependesse dele, de sua vontade, ou de seu voto, ou de alguma estratégia política, o servidor teria seu aumento salarial efetivado e ganharia muito bem. Registrou, que a categoria não tinha recebido aumento salarial, no ano passado, e que não teria aumento, novamente, neste ano, todavia, os servidores poderiam contar com ele, fosse para estado de greve, ou protesto, pois estava junto da categoria. Depois, falou que tinha feito vários pedidos, para Operação Tapa



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Buracos, principalmente, nos bairros Santa Elisa, Santa Helena, Jardim Brasília, Parque da Imprensa e Santa Luzia, também, solicitação de limpeza, no canteiro central da Rodovia Élzio Mariotoni, próximo ao UPA, local que estava muito sujo, e ainda, no canteiro central da Avenida Adib Chaib, altura da sede do CEBE. Registrou, igualmente, solicitação e encaminhamento de abaixo-assinado, para instalação de redutor de velocidade, na Rua Humberto Bucci, no Jardim Quartieri, onde eram muitos os acidentes, em virtude da alta velocidade, um pedido antigo, que já fora feito, por várias vezes, mas, desta vez, o Secretário Fábio Mota se propusera a visitar o local, para verificar possibilidades. Disse que tinha solicitado ainda, informações sobre o programa municipal de combate à Catarata, porque muitos munícipes o estavam questionando e ele criticava, porque o programa não poderia estacionar, haja vista que pessoas poderiam perder a visão e o município não trabalhava o assunto, ou fomentava o programa, e o vereador não descartava realizar uma possível audiência pública sobre a questão. Requereu da Secretaria Municipal de Saúde informações sobre a movimentação do município, para a inscrição no programa “cartão reforma”, do Governo Federal, programa que dava ao morador a possibilidade de receber até oito mil reais, para serem utilizados, na reforma de sua residência. Sublinhou as palavras ditas pelo Padre Clodoaldo de Paiva, que tinha falado, que a Câmara era o “espelho da população”, porque cada vereador representava um segmento da sociedade, e sobre a necessidade da independência do Poder Legislativo, porque significaria uma Câmara forte e atuante, em prol da população. Aclarou, que tais palavras eram muito interessantes e que o monsenhor, mesmo com noventa anos, mantinha visão política ampla. Por fim, citou o caso de uma cachorra, que tinha dado crias, dentro da escola Ana Isabel Costa Ferreira, para a qual buscava-se um lar temporário, haja vista que o BEA estava acumulado de animais, disse que um lar tinha sido encontrado e que, ele tinha protocolado pedido, para que a prefeitura realizasse o transporte do animal, retirando-o da escola, haja vista que, nos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

quadros funcionais da prefeitura, encontravam-se bombeiros e veterinário, profissionais especialistas, para a remoção do animal, e solicitou melhorias, para o Bem-Estar Animal – BEA. Como não houvesse mais oradores inscritos, para falar, em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento do senhor *Oswaldo Bridi*, falecido, recentemente. Cumprida dita providência e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador Jorge Setoguchi, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h57, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM